

SENADO OCIOSO

Há 40 dias Senado não vota nada relevante

26 MAR 1992

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), reúne as lideranças da Casa hoje, em seu gabinete, para solicitar um esforço no sentido de colocar os senadores em plenário, a partir da próxima semana. Benevides pretende iniciar a votação dos projetos mais importantes. Segundo ele, o Congresso e, em especial o Senado não podem continuar dando a impressão à opinião pública de que estão parados. Acrescenta ainda que a imprensa tem razão em suas críticas, pois o ano parlamentar começou no dia 15 de fevereiro e até agora — 40 dias depois — não foi votado nada daquilo que é considerado relevante.

Entretanto, o problema não é apenas do Senado, uma vez que a Câmara também não estava votando nada até ontem quando começou a votar as matérias mais importantes. A alegação dos parlamentares era de que



Benevides quer resultados

não havia comissões técnicas para dar parecer aos projetos. Isto ocorre sempre, pois na Câmara o mandato dos integrantes das comissões é de um ano, o que levou as lideranças partidárias a gastarem quase 40 dias para designar novos integrantes.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), utilizou justamente o argumento da ausência de comissões para adiar as votações em plenário. Assim, ficou para esta semana as discussões

em torno da revogação do decreto presidencial que sustou o cumprimento das decisões judiciais sobre o reajuste de 147% aos aposentados.

Projetos urgentes

As votações no Senado começarão terça-feira, com a apreciação do projeto da nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), considerada importante como instrumento para coibir a corrupção e as irregularidades na administração pública federal, cada vez mais denunciadas. Outro projeto que receberá urgência, segundo o líder do governo, Marco Maciel (PFL-PÉ), é o da deputada Rita Camata (PMDB-ES) — já aprovado pela Câmara — regulamentando o dispositivo constitucional que manda fixar limite para as despesas da União, dos estados e dos municípios com pessoal.